

sempeña importante papel na vida das famílias, tanto a título de ajuda financeira quanto de troca de serviços.

Por outro lado, a centralidade da criança para estas famílias é inequívoca. Todos os esforços são eviados para garantir-lhes boa alimentação, boa escolaridade, bom uso dos tempos livres, tarefas que mobilizam enormemente não apenas as mães como também os pais. A partir daí, a avó torna-se uma figura extremamente importante, mesmo quando não reside na mesma casa, pois o casal depende dela para tomar conta dos netos e ter assim alguma oportunidade de lazer.

Esta centralidade da criança na família já aponta para significativas mudanças de relacionamento parental, que parece ser mais franco e aberto entre as famílias investigadas do que teria sido entre as famílias de orientação. Para a autora, o relacionamento parental parece ser mais susceptível a mudanças do que o relacionamento conjugal. Este sim parece ser mais resistente e — a despeito de pequenos focos de transformação detectáveis em atitudes específicas — parece continuar se fundando na assimetria e na segregação de papéis sexuais.

Para a autora, "atitudes realmente mais transformadoras em relação aos papéis conjugais foram observadas, no entanto em apenas alguns casais do estrato mais alto da camada média, que dividem de maneira relativamente igualitária as tarefas domésticas, administram em conjunto o orçamento familiar e compartilham, sempre que possível, todas as decisões. Em todos estes casais de relacionamento conjugal conjunto, ambos os cônjuges têm nível superior de instrução e profissões liberais" (p.211).

Pela riqueza da bibliografia, pelo cuidado com que é feita a análise empírica, o trabalho de Cristina Bruschini representa importante contribuição aos estudos de família no Brasil. Por isso mesmo, é leitura obrigatória para todos aqueles que se dedicam a estes temas ou a temas correlatos, como mulher, criança, educação. Mas pode ser lido também sem maiores problemas e com bastante proveito, por um público mais amplo e não-especialista, interessado em conhecer um pouco melhor os estilos de vida vigentes nas camadas médias paulistanas.

Elisabete Dória Bilac

Resenhas

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO LEONILDE SÉRVOLO DE MEDEIROS

Rio de Janeiro, FASE, 1989.

A história tem desempenhado um importante papel nos processos de conformação de identidades sociais. Já no século XIX, ao se voltar para as origens e a constituição da nação, ela assumiria destacada relevância para os Estados em formação. Através dela se esboçava uma determinada representação da nação, seus heróis, suas grandes datas, seus símbolos, seus valores. Mais ainda, através dela se formava o próprio cidadão afirmando, dentro de uma mesma unidade territorial, uma identidade nacional. Constituindo-se assim, ao mesmo tempo, nos dizeres do historiador francês François Furet, numa genealogia da nação e numa pedagogia do cidadão, a História justificava sua inserção como disciplina autônoma nos currículos escolares.

Tal a história que prevaleceu durante um longo período de tempo. Por seu caráter estritamente factual, privilegiando grandes feitos políticos, militares e diplomáticos, por sua ênfase na cronologia e, em particular, por seu corte marcadamente elitista, entretanto, ela foi alvo de variadas e duras críticas. Uma das vozes discordantes foi a dos historiadores de esquerda, que propugnavam a necessidade de se trazer ao proscênio as grandes massas, as classes dominadas, retirando-as das sombras e do silêncio a que haviam sido confinadas pelos vencedores dos embates sociais, por uma visão elitista e individualista da história.

Militante, em grande parte, esta história dos vencidos também se colocava na perspectiva de uma transformação social. Assim é que, em meados dos anos 70, o historiador Jean Chesneaux, também francês, afirmava que a história se definia como uma relação ativa com o passado. Defendia ele a necessidade de se romper com a historiografia dominante, mantenedora do *status quo*, construindo uma história transformadora, uma história que, voltando-se para as lutas das classes dominadas, no passado, pudesse contribuir para mudar o presente e promover o futuro.

Destarte, além da história real, concreta, processo em que todos nós estamos inseridos, também a história escrita, produzida pelos historiadores, se mostra como um cam-

po de disputa política. Nela se chocam visões distintas do mundo social que, por sua vez, podem contribuir para a manutenção ou para a transformação deste mesmo social. Ao dar voz aos vencidos, ao recuperar seu passado de luta e de combatividade, o que se busca, portanto, simultaneamente, é conformar para eles uma nova identidade, influenciando sobre suas ações no presente mesmo.

Tal é a linha em que se insere o livro *História dos movimentos sociais no campo*, da professora Leonilde Sêrvolo de Medeiros, publicado pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional-FASE. Já na apresentação, seus editores esclarecem que se trata do primeiro trabalho "de uma série sobre o campo que a FASE pretende editar e colocar à disposição dos trabalhadores rurais e dos seus assessores, mas que interessará também a todos os que acreditam que é possível mudar a nossa sociedade".

A imagem que temos hoje do homem do campo, diz a professora Leonilde, "é uma versão construída pelos vencedores no processo histórico". Segundo esta versão, o trabalhador rural seria "passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles". Como corolário, portanto, teríamos a idéia de que, quando se levanta, quando luta, o trabalhador rural o faz incitado por agitadores, por agentes externos.

O objetivo básico do livro, diante disso, seria o de recuperar a memória das lutas no campo, tomando por base a idéia de que "os trabalhadores podem ser sujeitos de sua história", gerando suas próprias formas de luta e, assim, influenciando no processo social. Se partidos, sindicatos, igrejas e outros agentes desempenham um importante papel nestas lutas, não são eles, contudo, quem as criam. Os conflitos surgem das contradições reais vividas pelos trabalhadores, contradições estas que formam o quadro no interior do qual aqueles agentes devem se mover.

Esta história (brasileira) dos movimentos sociais no campo parte do período democrático compreendido entre 1945 e 1964.

Ali os trabalhadores rurais teriam emergido ao cenário político, impondo-se através de suas lutas. Organizados em sindicatos, associações e ligas, num processo de mobilização crescente, com greves, ocupações de terras e resistências contra despejos, eles forjariam ainda, naquele momento, reivindicações que, mesmo hoje, se constituem

em bandeiras de luta como direitos trabalhistas, previdência social e reforma agrária.

O golpe militar de março de 1964 teria representado um corte abrupto para este rico movimento, reprimindo, perseguindo e intervindo em diversas entidades. Este novo período, portanto, traria a marca da desmobilização e do distanciamento entre grande parte das direções sindicais e suas bases. Por isso mesmo, o maior esforço da cúpula do movimento sindical dos trabalhadores rurais, particularmente através de sua confederação nacional, a CONTAG, foi no sentido de promover sua reorganização e de retomar suas principais bandeiras.

O encaminhamento das lutas, durante o período autoritário, se deu de forma mais localizada e dentro dos limites estritos da legalidade. Ações trabalhistas eram encaminhadas à Justiça ao passo que, quanto aos problemas de terras, solicitava-se ao governo que os solucionasse aplicando o Estatuto da Terra. Desta forma, o Estado se constituiu no principal interlocutor das organizações de trabalhadores rurais, a ele sendo dirigidas suas reivindicações mais básicas.

Tal modelo de atuação sindical, segundo a autora, iria aos poucos mostrando-se inócuo, incapaz de dar em conflitos. Intensificavam-se as disputas de terras, expondo uma das faces mais violentas da sociedade brasileira. Ampliavam-se sobremaneira as demandas trabalhistas. Crescia a certeza de que o governo não utilizaria o Estatuto da Terra para promover uma reestruturação fundiária, da mesma forma que a Justiça, cada vez mais, mostrava-se comprometida com proprietários e grileiros.

Um novo processo, diante disso, começaria a ser observado. Tratava-se da formação de chapas de oposição sindical e mesmo da criação de entidades alternativas aos sindicatos existentes. Incentivando-o, encontraríamos uma Igreja Católica pós-Medellin e Puebla, orientada por uma nova concepção de prática eclesial e cujo principal braço de intervenção no campo seria a Comissão Pastoral da Terra.

Esboçava-se, destarte, uma crise de representação e um movimento de diversificação sindical que, na verdade, se estenderiam e se aprofundariam no período da abertura política e da assim chamada Nova República. Eles viriam acompanhados, igualmente, da adoção de novas formas de luta e de encaminhamento de reivindicações, com o

estímulo à mobilização, pressões coletivas, ações de resistência e mesmo ocupações e acampamentos como os promovidos pelo Movimento dos Sem-Terra.

Se a Nova República trouxe, a princípio, alguma esperança de que de fato seria implementado um Plano Nacional de Reforma Agrária, esta esperança iria aos poucos se desfazendo, juntamente com os sucessivos recuos do Governo Sarney. Na própria Constituinte, as reivindicações dos trabalhadores rurais enfrentariam fortes dificuldades e resistências. Desta forma, conclui a autora, as condições de vida e de trabalho do homem do campo pouco mudaram. A exploração não foi reduzida, a violência cresceu e a luta pela terra continuou intensa. Aprofundou-se, diante disso, a descrença no modelo participacionista propugnado pela cúpula sindical representada na CONTAG, ao mesmo passo em que se fortaleceram grupos que se lhe opunham e que se posicionavam em linha de proximidade com a CUT — Central Única dos Trabalhadores.

O livro *História dos movimentos sociais no campo* não se inscreve, na verdade, nos cânones da produção historiográfica atual. Sua lógica é a da narrativa, sua estrutura é cronológica e a imparcialidade, algumas vezes, fica de lado, permitindo entrever simpatias políticas. Também não encontramos, ali, as tradicionais referências às fontes de informação. A professora Leonilde, contudo, com sua larga experiência de estudo e discussão da questão agrária, tanto no Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola, onde leciona e desenvolve pesquisa, quanto no grupo de Movimentos Sociais do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, do qual já foi coordenadora, conhece bem seus dados e os expõe de forma clara.

É certo que os objetivos da autora não são estritamente acadêmicos. Além da informação, o livro se orienta, muito mais, no sentido da formação. É certo também, entretanto, que isto pode colocar alguns problemas do ponto de vista da análise. Um deles é o fato de que, ao se construir uma relação ativa com o passado, retomando a formulação de Jean Chesneaux, tendemos a estabelecer, mais do que um vínculo, uma identidade entre ele e o presente. Arriscamo-nos, assim, a encontrar no passado não o próprio passado, mas o presente, tratando de maneira uniforme, ou contínua, categorias e processos que, na verdade, não o são.

Partimos, desta forma, de uma situação presente em que o termo trabalhador rural tem um determinado significado, para buscar suas origens, sua emergência enquanto ator político, num momento do passado ou, mais especificamente, no período 45-64. Ocorre que se, de fato, os homens do campo, pequenos produtores ou assalariados, impuseram sua presença na cena política pela primeira vez naquele período, eles o fizeram não como trabalhadores rurais, mas sim como camponeses. Foi através desta categoria, como aliás a própria autora indica em seu livro, que passaram a se reconhecer, e a ser reconhecidos.

A afirmação da categoria trabalhador rural parece estar ligada, mais diretamente, ao período posterior e à luta pelos direitos, pela aplicação da legislação trabalhista, do Estatuto do Trabalhador Rural que, na verdade, só foi criado em 1963. A própria regulamentação sindical teve papel importante neste processo, como podemos perceber pela Portaria 71, de 2 de fevereiro de 1965, citada pela professora Leonilde. Segundo ela, somente existiria, para fins de enquadramento sindical, o trabalhador rural. Desta forma, os diversos grupos representados nos sindicatos passariam a ser assim identificados.

Se tal parece ser a origem do termo, entretanto, é preciso atentar para o fato de que, neste momento, ele não traria, já, o mesmo conteúdo que assumiria mais tarde, nos anos 80, num contexto bastante diferente, com forças distintas atuando, entre elas o próprio Partido dos Trabalhadores. Tais distinções são fundamentais e não devem ser postas de lado sob pena de perdermos a perspectiva de como, a cada instante, os grupos sociais se organizam e se mobilizam.

Em se tocando no problema da identidade e da ação social, um outro aspecto, ainda, poderia ser abordado. Trata-se do papel desempenhado por agentes externos, lideranças, partidos, igrejas, agências do Estado e órgãos de assistência, entre outros, na conformação da identidade e na própria ação do grupo social. Tendemos, muitas vezes, a minimizar este papel, substantivando os grupos, tratando-os como coisas que sempre existiram e que emergem das sombras, do silêncio, em determinados momentos. Caberia àqueles agentes e organizações, então, interpretar e expressar os reais interesses do grupo, estando sua representatividade e seu reconhecimento pelo próprio grupo, como seu porta-voz, na dependência direta de seu acerto, de sua maior autenticidade.

Na verdade, os agentes e organizações desempenham um papel fundamental na conformação dos grupos e de suas identidades. Outra não parece ser a razão, aliás, pela qual um número razoável de páginas da *História dos movimentos sociais no campo* é dedicado à atuação do PCB e da Igreja Católica. São estes agentes que, através de um trabalho de arregimentação, de agrupamento, de mobilização e de representação, dão visibilidade ao grupo enquanto tal, enquanto sujeito coletivo, com interesses definidos, palavras de ordem, bandeiras de luta, representantes e organizações.

Reconhecer tal fato não significa, em hipótese alguma, incorporar a visão conspiratória da história, tão ao gosto de nossos conservadores. Trata-se, isto sim, de perceber que determinados grupos, por razões sociais, históricas, não têm acesso, nos termos do sociólogo Pierre Bourdieu, aos meios de produção de sua própria representação. Os agentes externos têm, para eles, por isso mesmo, uma grande importância, construindo pontes entre suas lutas,

lendo-as de forma unificada, generalizando seus interesses localizados, conferindo-lhes uma visão de conjunto, uma existência no presente e uma trajetória no passado. Outro não é, diga-se a propósito, o intento principal do livro da professora Leonilde Sérvolo de Medeiros.

Os destinatários desta *História dos movimentos sociais no campo* não devem ser, apenas, os trabalhadores rurais, seus assessores ou aqueles que "acreditam que é possível mudar a nossa sociedade". A conformação de uma identidade, afinal, não passa somente pela maneira como o grupo se percebe, mas também pela forma como é percebido pelos demais. A linguagem do livro, simples, torna sua leitura fácil para os interessados no assunto em geral. De resto, sua publicação deve ser saudada nestes tempos em que, curiosamente, a questão agrária, entre cientistas sociais e historiadores, anda tão fora de moda.

Mário Grynszpan